dência dos Serviços da Armada» do mesmo orçamento, a primeira no n.º 1) do artigo 22.º e a última na alínea a) do n.º 1) do artigo 44.º

Art. 3.º Fica autorizada a 6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer, em conta da verba a que se refere o artigo 1.º do presente decreto, a quantia de 232.532\$84, correspondente a diversos encargos que, por falta de disponibilidades, não puderam ser satisfeitos nos anos económicos a que respeitavam.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Agosto de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Despacho

O representante ou representantes de estrangeiros concessionários de minas situadas em Portugal deverão ter

o seu domicílio escolhido no País e as respectivas procurações devem conter os poderes necessários para o mandatário ou mandatários podorem accionar ou ser accionados em nome dos seus representantes, incluindo os poderes necessários para receberem primeiras citações, nos termos do artigo 233.º do Código de Processo Civil.

Essas procurações deverão ser registadas na competente conservatória de juízo do domicílio do representante ou representantes em Portugal.

22 de Julho de 1942. — Pelo Ministro da Economia, José Nascimento Ferreira Dias Júnior, Sub-Secretário de Estado do Comércio e Indústria.

Instituto Português de Combustíveis

Portaria n.º 10:154

Convindo assegurar o funcionamento do serviço de racionamento criado pelo decreto-lei n.º 31:480, de 23 de Agosto de 1941, sem que dêle resulte sensível perturbação nos serviços permanentes do Instituto Português de Combustíveis, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia:

1.º A direcção superior do serviço de racionamento é cometida ao vogal secretário da direcção do Instituto Português de Combustíveis, competindo ao mesmo serviço a administração dos petroleiros.

2.º A competência do Conselho de Racionamento fixada no artigo 4.º, n.º 2.º, do decreto-lei n.º 31:480, de 23 de Agosto de 1941, será exercida por intermédio do seu presidente.

Ministério da Economia, 6 de Agosto de 1942. — O Ministro da Economia, Rafael da Silva Neves Duque.